

Gestão de Crises Internacionais

International Crisis Management





A Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana é um projeto euro-brasileiro organizado em conjunto pela Fundação Konrad Adenauer (KAS) e pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil. A conferência é concebida como um fórum de diálogo entre a América do Sul e a Europa. Seu objetivo é reunir especialistas do setor governamental, acadêmico e privado para discutir assuntos atuais no âmbito de segurança que sejam de interesse comum aos parceiros dos dois lados do Atlântico. Desde seu início em 2003, a conferência se transformou, de uma reunião relativamente pequena, no maior fórum de segurança da América Latina. Na sua 15ª edição, a conferência de 2018 tem como tema 'Gestão de crises internacionais'. A conferência é aberta ao público e os participantes são incentivados a participar ativamente das discussões. Esta coleção de Policy Papers reflete os temas centrais do evento e pretende identificar desafios, bem como fazer recomendações políticas para o futuro. As edições anteriores da publicação sobre Segurança Internacional da Conferência do Forte de Copacabana podem ser acessadas na página oficial da KAS Brasil (www.kas.de/brazil).

The Forte de Copacabana International Security Conference is a joint Euro-Brazilian project organised by the Konrad Adenauer Foundation (KAS) in partnership with the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) and supported by the Delegation of the European Union to Brazil. The conference is conceived as a forum for dialogue between South America and Europe. It aims to bring together experts from a wide range of government, academic and private-sector backgrounds to discuss current security-related issues which are of interest to the partners on both sides of the Atlantic. Since its inception in 2003, the conference has emerged from a relatively small gathering to Latin America's largest security forum to date. The topic of the 15th edition of the conference is 'International crisis management'. The conference is open to the public and the audience is encouraged to actively engage in discussions. This collection of Policy Papers reflects the major themes of the event and intends to identify challenges as well as make policy recommendations for the future. Previous volumes of the Forte de Copacabana International Security Conference publication can be accessed on the KAS-Brazil Office website (www.kas.de/brazil).



1/6

Segurança Cibernética e Interesse Nacional durante Período de Campanha

Cybersecurity and National Interest during Campaign Period

Tradução e revisão [Translation and Revision](#): Leslie Sasson Cohen



2/6

Gestão de Crises Internacionais

International Crisis Management

Tradução e revisão [Translation and Revision](#): Leslie Sasson Cohen

3/6

O Desafio da Migração Venezuelana para a Região
Perspectiva Colombiana

**The Challenge of Venezuelan Migration in the Region
A Colombian Perspective**

Francesca Ramos Pismataro

Tradução e revisão [Translation and Revision](#): Leslie Sasson Cohen

Editor [Editor](#)

Dr. Jan Woischnik

Coordenação editorial [Project Coordination](#)

Ariane Costa

Diogo Winnikes

Reinaldo Themoteo

Composição [Composition](#)

Nilson Brandão / Conteúdo Evolutivo

Colaboração [Editorial Support](#)

Monique Sochaczewski

Projeto Gráfico [Design](#)

Charles Steiman

Daniela Knorr

Impressão [Print](#)

Stamppa

© 2018, Konrad Adenauer Stiftung e.V.

Fundação Konrad Adenauer

Rua Guilhermina Guinle, 163

Botafoogo CEP: 22270-060

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel: (+55/21) 2220-5441

Fax: (+55/21) 2220-5448

www.kas.de/brasil

[kas.brasil](#)

[kasbrasil](#)

Todos os direitos desta edição são reservados à Fundação Konrad Adenauer. Autores podem ser citados indicando a revista como fonte. As opiniões aqui externadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. [All rights are reserved to Konrad Adenauer Foundation. Authors may be quoted if the publication name is referred as source. Authors are exclusively responsible for all concepts and information presented in this book.](#)

ISSN 2176-297X

4/6

Fluxos Migratórios e sua Gestão:
A Perspectiva Europeia

**Migration Flows and their Management:
The European Perspective**

Tradução e revisão [Translation and Revision](#): Leslie Sasson Cohen

5/6

Risco Climático na América do Sul:
Agenda de segurança pública interna ou
de defesa interestatal?

**Climate Risk in South America:
A domestic public security agenda or an
inter-State defense agenda?**

Eduardo Viola

Matías Franchini

Tradução e revisão [Translation and Revision](#): Leslie Sasson Cohen

6/6

A Crise da Mudança do Clima e sua Gestão: A Perspectiva Europeia

**Climate Change Crisis and its Management:
The European Perspective**

Janani Vivekananda

Stephan Wolters

Tradução e revisão [Translation and Revision](#): Leslie Sasson Cohen

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã. Através do nosso escritório central na Alemanha e dos mais de 90 escritórios espalhados pelo mundo, gerenciamos mais de 200 projetos abrangendo mais de 120 países. Tanto na Alemanha quanto no exterior, nossos programas de educação cívica têm como objetivo promover os valores de liberdade, paz e justiça, bem como diálogo e cooperação. Como think tank e agência de consultoria, nós focamos na consolidação da democracia, na unificação da Europa, no fortalecimento das relações transatlânticas, assim como na cooperação internacional e no diálogo. Os nossos projetos, debates e análises visam o desenvolvimento de uma forte base democrática para ação política e cooperação.

No Brasil, nossas atividades concentram-se no diálogo de segurança internacional, educação política, estado de direito, funcionamento de instituições públicas e seus agentes, economia social de mercado, política ambiental e energética assim como as relações entre o Brasil, a União Europeia e a Alemanha.

The Konrad Adenauer Stiftung (KAS) is a German political foundation. From our headquarters in Germany and 90 field offices around the globe, we manage over 200 projects covering over 120 countries. At home as well as abroad, our civic education programmes aim at promoting the values of freedom and liberty, peace and justice, as well as dialogue and cooperation. As a think tank and consulting agency we focus on the consolidation of democracy, the unification of Europe, the strengthening of transatlantic relations, as well as on international cooperation and dialogue. Our projects, debates and analyses aim to develop a strong democratic base for political action and cooperation.

In Brazil our activities concentrate on international security dialogue, political education, the rule of law, the workings of public institutions and their agents, social market economy, environmental and energy policy, as well as the relations between Brazil, the European Union and Germany.



União Europeia

A Delegação da União Europeia (UE) no Brasil é uma das mais de 130 Delegações da UE no mundo. A Delegação da UE no Brasil está focada na promoção das relações políticas e econômicas entre a UE e o Brasil, de acordo com a parceria estratégica EU-Brasil estabelecida em 2007. A UE e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1960, criando estreitos laços históricos, culturais, econômicos e políticos. Dentre os tópicos centrais da parceria estratégica entre a UE e o Brasil estão questões econômicas, a cooperação em questões-chaves de política externa e o enfrentamento conjunto de desafios globais em áreas como direitos humanos, mudanças climáticas e a luta contra a pobreza. Mais de 30 diálogos formais no setor político foram iniciados entre a União Europeia e autoridades brasileiras para enfrentar esses desafios. Além disso, a União Europeia e o Brasil são parceiros comerciais importantes e os países da União Europeia recebem mais de 20% da exportação brasileira. A União Europeia também é o maior investidor estrangeiro no Brasil com cerca de 60% do investimento estrangeiro.

The European Union (EU) Delegation to Brazil is one of over 130 EU Delegations around the world. The EU Delegation to Brazil is focused on promoting political and economic relations between the EU and Brazil, in line with the EU-Brazil Strategic Partnership established in 2007. The EU and Brazil established diplomatic relations already in 1960 building on close historical, cultural, economic and political ties. Central topics of the EU-Brazil Strategic Partnership include economic issues, cooperation on key foreign policy issues, and jointly addressing global challenges in areas such as human rights, climate change as well as the fight against poverty. Over 30 formal sector-policy dialogues between the European Union and Brazilian authorities have been initiated to address these challenges. The European Union and Brazil are also important trading partners and the countries of the European Union account for over 20% of Brazil's exports. The European Union is also the largest foreign investor in Brazil with around 60% of the foreign investment originating from the European Union.

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país. Fundado há 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes, e com uma rede de mantenedores constituída por instituições, empresas e indivíduos de múltiplos segmentos.

O CEBRI promove a expansão e aprofundamento do debate sobre a política externa brasileira e a inserção do Brasil no mundo, pautado na formulação de políticas públicas e no fomento de diálogo entre os mais relevantes atores brasileiros e globais. O reconhecimento de sua importância internacional é atestado pelo ranking do Programa de Think Tanks e Sociedade Civil da Universidade da Pensilvânia, que destacou o CEBRI como o segundo melhor think tank do Brasil e o quarto melhor da América Latina.

Independent, nonpartisan and multidisciplinary, the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) is a non-profit institution that acts to have a positive influence on the construction of the country's international agenda. Founded 20 years ago by a group of business leaders, diplomats and academics, CEBRI has the ability to engage the public and private sectors, academia and civil society. In addition, it counts on an engaged Board of Trustees formed by prominent figures and on a diverse network of sponsors made up of institutions, companies and individuals from multiple sectors.

CEBRI promotes the expansion and deepening of debates on Brazilian foreign policy and Brazil's international insertion, marked by the formulation of public policies and the promotion of dialogue amongst the most relevant Brazilian and global stakeholders. The recognition of its international importance is evidenced by the University of Pennsylvania's Think Tanks and Civil Societies Program, which ranked CEBRI as Brazil's second best think tank and the fourth best in Latin America.

Gestão de crises internacionais

International crisis management

2ª Reunião Preparatória para a XV Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana em 18 de julho de 2018, no Centro Brasileiro de Relações Internacionais

2nd Preparatory Meeting for the XV Forte de Copacabana Conference on International Security on July 18th, 2018, at the Brazilian Center for International Relations (CEBRI)

Acadêmicos, diplomatas e oficiais militares, além de diversos estudiosos e profissionais que lidam com as questões de Segurança e Defesa no Brasil, participaram da 2ª Reunião Preparatória para a XV Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana para debater o tema Gestão de Crises Internacionais. Realizado no Rio de Janeiro, em julho, o evento abordou três eixos principais: as perspectivas do multilateralismo, o papel da coordenação civil-militar no gerenciamento de crises e a experiência de cooperação internacional na prevenção, resolução e estabilização de conflitos. A discussão sucedeu a 1ª Reunião Preparatória, em Brasília, que, em abril, tratou da segurança cibernética, dos riscos do uso de robôs e perfis falsos na propagação de *fake news* e interferência nas democracias.

Conhecidos como Mini-Fortes, estes eventos antecedem a conferência de segurança internacional que este ano acontece em setembro, pelo décimo-quinto ano consecutivo. Como resultado, cada evento gerou a elaboração de um documento *policy oriented*, com o registro sobre o que foi discutido e, principalmente, recomendações apresentadas, asseguradas as regras de Chatham House. Em paralelo, os dois encontros servem para manter, ao longo do ano, o diálogo e as trocas de alto nível sobre o tema da conferência anual. Definido com um ano de antecedência, o assunto-chave Gestão de Crises Internacionais será desdobrado durante o dia da conferência deste ano em duas

Academics, diplomats and military officers, among many other scholars and professionals dealing with issues of Defense and Security in Brazil participated in the Second Preparatory Meeting for the XV Forte de Copacabana Conference on International Security to discuss the topic of International Crisis Management. Held in July, in Rio de Janeiro, the event addressed three main subjects: the perspectives of multilateralism, the role of civil-military coordination in crisis management and the experience of international cooperation in the prevention, resolution and stabilization of conflicts. The discussion ensued the First Preparatory meeting that took place in Brasília in April and dealt with cyber security, the risks of interference in democracies by using robots and fake profiles to propagate fake news.

Known as Mini-Fortes, these events precede the International Security Conference, which will take place for the fifteenth consecutive year in September. Each of these events resulted in the development of a policy-oriented document reporting the discussions and, mainly, presenting the recommendations that accrued from the debate, while securing the rules of Chatham House. At the same time, the two meetings serve to maintain the dialogue and high-level exchanges on the topics covered at the annual conference throughout the year. Defined a year in advance, the Conference's key issue of International Crisis Management will unfold into two related

themes during the day's discussions: refugee flows and climate change, as well as their impacts on global security.

This paper will follow the evolution of the complexities presented and discussed during the event held at CEBRI's headquarters in Rio de Janeiro. It is worth highlighting an issue raised by many of the debaters: how to actually reach society and public opinion and engage people to connect with the issues discussed considering that this poses a challenge to public diplomacy itself? Another key issue evoked during the afternoon exchange is the recognition that, perhaps today, the United Nations' main challenge concerns its ability to deal with conflict prevention and to actively follow security crises, whose nature is rapidly evolving in a world connected and modified by disruptive technologies.

Responsibility while protecting

The liberal world order crisis emerged throughout the second Mini-Forte's debates as a background for reflections on the effectiveness of multilateral bodies in general. «The world today suffers the painful consequences of military interventions that have aggravated existing conflicts, allowed terrorism to penetrate into places where it previously did not exist, given rise to new cycles of violence and increased the vulnerability of civilian populations». This transcript is part of a document prepared and presented by Brazil at the United Nations' 2011 Assembly. The country presented the concept of «responsibility while protecting» as an alternative to the «responsibility to protect» concept adopted by the 2005 World Summit.

The concept of «responsibility to protect» is the main instrument developed by the international community against atrocious crimes and serious security crises. In general terms, it consists of three elements: Each country's responsibility to protect its population; the international community's obligation to encourage and support countries regarding the mentioned responsibility, as well as the UN in properly preventing crises; and the possibility of using force in a timely and decisive manner in cooperation with regional organizations, should the peaceful means of crisis resolution fail.

In March 2011, the United Nations Security Council approved the application of «all necessary measures» in the face of the crisis aggravation in Libya, by 10 of the body's 15 votes - China, Russia, Germany, India and Brazil abstained. The measure, which had the objective

of defending civilian populations, would end up being fulfilled beyond the mandate, resulting in regime change, attributed largely to the interests of Western countries, such as France, England and the United States and resulting in the death of the dictator Muammar Gaddafi.

Presented by Brazil, the «responsibility while protecting» concept was aimed at improving non-coercive preventive measures, subjecting the use of force to diplomatic and political strategies, adopting more specific criteria for their use, and conferring greater transparency and accountability to the leading powers during intervention operations. However, the thesis and its defense ended up not being followed-up by Brazil, which over the following years would be involved in an internal political-institutional crisis. Even today, however, a new vision of the established concept of «responsibility to protect» along the lines presented by the South American country is considered valid and timely in the face of the current global security crises.

The Liberal World Order Crisis

The global order crisis forces us to rethink multilateralism and its institutions in a broad way. Presented and discussed during the event, Jeff Colgan and Robert Keohane's article «The Liberal Order Is Rigged», published in Foreign Affairs magazine, explains the dynamics of the crisis. It sums up in the following reflection what could be described as the essence of the crisis: «Capitalism has hijacked globalization.» «Economic elites have designed international institutions to serve their own interests and create firmer ties between them and governments. Ordinary people were left out. The time has come to recognize this reality and press for policies that can save the liberal order before it is too late»¹.

Significant portions of populations in different regions have moved away from globalization and have not experienced its main benefits. Instead, they experienced the loss of income, the doldrums of modern productive processes and the difficulty in recycling themselves and, thus, resuming their participation in internationalized development. Parallel to the conflict and tensions in inter-State relations, the feeling of malaise with globalization has advanced within the countries themselves, including those most developed economically and socially. Anxiety with the established order has accelerated in proportion to the technological advances of the last decades in the labor market, a picture accompanied by the advance in the network communication technologies in society.

linhas relacionadas, os fluxos de refugiados e as mudanças climáticas, além de seus impactos sobre a segurança no mundo.

Este *paper* seguirá a evolução das complexidades apresentadas e debatidas durante o evento. Vale destacar preliminarmente uma questão trazida por muitos dos debatedores: como alcançar, de fato, a sociedade e a opinião pública e mobilizar as pessoas a se conectarem com os temas debatidos, o que representa um desafio à própria diplomacia pública? Outra questão-chave, lembrada ao longo da tarde de trocas, é o reconhecimento de que, hoje, talvez o grande problema das Nações Unidas seja o de lidar com a prevenção de conflitos e acompanhar de modo ativo as crises de segurança, cujas naturezas evoluem velozmente em um mundo conectado e modificado por tecnologias disruptivas.

Responsabilidade ao proteger

A crise da ordem liberal global emergiu com destaque ao longo dos debates do 2º Mini-Forte como pano de fundo para as reflexões sobre a eficácia dos órgãos multilaterais em geral. “O mundo hoje sofre as dolorosas consequências de intervenções que agravaram conflitos existentes, permitiram que o terrorismo penetrasse em lugares em que antes não existia, deram origem a novos ciclos de violência e aumentaram a vulnerabilidade de populações civis”. O trecho compõe documento elaborado e apresentado pelo Brasil na Assembleia das Nações Unidas em 2011. O país apresentava o conceito da “responsabilidade ao proteger”, como alternativa à “responsabilidade de proteger”, adotada pela Cúpula Mundial de 2005.

O conceito da “responsabilidade de proteger” representa o principal instrumento desenvolvido pela comunidade internacional contra crimes atrozes e crises graves de segurança. Compõe-se, em linhas gerais, de três elementos: a responsabilidade de cada Estado de proteger suas populações; a obrigação da comunidade internacional de encorajar e apoiar os Estados nesta responsabilidade, assim como as Nações Unidas na prevenção adequada; e a possibilidade do uso da força de maneira oportuna e decisiva, em cooperação com organizações regionais, caso os meios pacíficos para solução de crises tenham falhando.

Precisamente em março de 2011, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas havia aprovado a aplicação de “todas as medidas necessárias” (*all necessary measures*, no inglês) diante da evolução da crise na Líbia,

por 10 dos 15 votos do órgão – China, Rússia, Alemanha, Índia e Brasil abstiveram-se. A medida, que tinha o objetivo de defender populações civis, terminaria sendo cumprida além do mandato, resultando em ação de mudança do regime (*regime change*, no inglês), atribuída em grande parte, na visão histórica, a interesses de países ocidentais, como França, Inglaterra e Estados Unidos, e resultando na morte do ditador Muammar Kadafi.

Apresentada pelo Brasil, a responsabilidade “ao” proteger, visava aprimorar medidas preventivas não coercitivas, submeter o uso da força a estratégias diplomáticas e políticas, adotar critérios mais específicos para a sua utilização e conferir maior transparência e responsabilidade às potências protagonistas das operações de intervenção. A defesa da tese acabou não recebendo seguimento pelo país, que ao longo dos anos seguintes se veria envolvido em crise político-institucional interna. Ainda hoje, contudo, uma nova visão sobre o conceito estabelecido da responsabilidade “de” proteger, nos moldes daquela apresentada pelo país sul-americano, é considerada válida e oportuna, diante das crises de segurança que o mundo enfrenta.

Crise da ordem liberal global

A crise da ordem global obriga a repensar o multilateralismo e suas instituições de forma ampla. Apresentado e discutido durante o evento, o artigo ‘A Ordem Liberal está Viciada’ (*The Liberal Order is Rigged*, no inglês), de Jeff Colgan e Robert Keohane, publicado na revista *Foreign Affairs*, explicita a dinâmica da crise. Resume na seguinte contemplação o que poderia ser a essência da crise: “o capitalismo sequestrou a globalização”. “As elites econômicas projetaram instituições internacionais para servir seus próprios interesses e criar laços mais firmes entre eles e os governos. Pessoas comuns foram deixadas de fora. Chegou a hora de reconhecer essa realidade e pressionar por políticas que possam salvar a ordem liberal antes que seja tarde demais”, registra o artigo¹.

Parcelas expressivas de populações em diferentes regiões passaram ao largo da globalização e não experimentaram seus principais benefícios. Ao contrário. Vivenciaram a perda de rendimentos, alijamento de processos produtivos mais modernos e dificuldade em se reciclar e, assim, retomar participação no desenvolvimento internacionalizado. Em paralelo ao conflito e às tensões nas relações interestatais, o sentimento de mal-estar com a globalização avançou dentro dos próprios países, inclusive

With the exclusion process, as a backlash, movements of hostility towards the current traditional political formats arise. The reaction brings to light populisms from the right and left, strong nationalist expressions, strengthening of autocratic regimes, aversion to what is foreign or comes from abroad, such as tourists, immigrants or refugees. More than the search for the resumption of order, as existed previously, local reactions showed the importance of observing cultural, social and economic realities of each locality, region or country affected by the process. The malaise thrives within former backers of the liberal order, such as the United States, and puts contemporary liberal democracies in check.

Downfall of the Pax Americana

Consensually, there is a perception that the United States does not appear as the underwriter of the global order, which it helped create after World War II. This gives way to the reflection about the future of multilateralism. May ascending powers replace the American leadership and be able to create a new order? Or, on the other hand, would accommodation forces lead only to structural adjustments in the existing multilateral institutions? As an investigation of possible future developments, China becomes the object of analysis: the Asian country's potential growth in upcoming years or decades would have the power to mold a new world order according to its will. In opposition to this perspective, the argument is that the technological dynamism of countries such as the United States, Germany, Japan, South Korea and other European countries would not allow China to become the new global hegemonic power.

Since 2017, the United States has been giving out consistent indications that it wants adjustments in the multilateral institutions. It demands greater economic and financial participation from other countries in bodies like NATO and the UN. Although the asymmetry in financial contributions, especially within NATO, has been a matter for the United States since the cold War, the current claim is more intense and vehement.

The reflections come to consider whether the current American attitude by posturing more European investments in NATO could have positive consequences. One would be for European countries to become empowered and to assume greater autonomy over their protection - and thereby qualify as new guarantors of international security

crisis management. Analysis consider that the current American attitude claiming more European investment in NATO may have positive consequences. One of which might be for European countries to become empowered and assume greater autonomy over their security - and thereby qualify as new guarantors of international security crisis management.

This perspective, as an exploratory form of possible scenarios, was not consensual during the debates and would, by definition, require Europe to assume the mission to become the sole or predominant manager of global security. A glance into history also reflected fears of US pressure resulting, supposedly, in an unwanted arms race between France and Germany, currently the most relevant countries in the continent. This is due to the fact that the European Union was created, precisely, by the pursuit for lasting peace in the region, which has often been affected by the Franco-German antagonism of the past. The void left by the United States' interest in bilateral or small-scale solutions is now part of the thesis for a possible advancement of countries from the South-South axis in topics of global security management and humanitarian aid missions.

Peace Missions

Brazilian Armed Forces have accumulated experience in international peace operations. Its presence in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), between 2001 and 2017, represents a significant diplomatic asset offered to the world. Throughout its 13 years, the operation was commanded militarily by Brazil. It began when Brazil held its ninth rotating mandate in the UN Security Council and after three poor-performing peacekeeping initiatives in the Bosnian, Rwandan and Somali crises in the 1990s that had severe consequences for the civilian population in each region. In addition to its experience in crisis management at the front line, Brazil accumulates significant knowledge as an observer in international conflicts.

The country currently has 60 military observers, accompanying nine of the 13 ongoing peace missions in the world. As a protocol, observers share their field learnings when they return to the country, within the framework of the Brazilian Peacekeeping Operations Joint Training Center (CCOPAB). The Center led the creation process and partakes in the Brazilian Network of Research on Peacekeeping Operations (REBRAPAZ), whose mission is to

os mais desenvolvidos econômica e socialmente. A angústia com a ordem estabelecida foi acelerada na proporção dos avanços tecnológicos das últimas décadas no mercado de trabalho, quadro acompanhado pelo avanço nas tecnologias de comunicação em rede na sociedade.

Com o processo de exclusão, numa forma de backlash (reação automática e contrária), surgem movimentos de hostilidade aos formatos de política tradicional vigente. A reação traz à tona populismos, à direita ou à esquerda, expressões fortemente nacionalistas, fortalecimento de regimes autocráticos, aversão ao que é estrangeiro ou vem do exterior, sejam turistas, imigrantes ou refugiados. Mais do que a busca pela retomada da ordem, tal qual existia anteriormente, reações locais mostraram a importância de observar realidades culturais, sociais e econômicas de cada localidade, região ou país afetados pelo processo. O mal-estar prospera dentro de antigos garantidores da ordem liberal, como os Estados Unidos, e põe em xeque democracias liberais contemporâneas.

Ocaso da Pax Americana

Como consenso, surge a percepção de que os Estados Unidos não se apresentam mais como garantidores da própria ordem global que ajudaram a criar depois da Segunda Guerra Mundial. Isso abre caminho para análises sobre o futuro do multilateralismo. Potências em ascensão poderão ocupar o lugar antes liderado pelos americanos e serão capazes de gerar uma nova ordem? Ou, de outra maneira, forças de acomodação levariam apenas a ajustes nas estruturas das instituições multilaterais hoje existentes? Como investigação de futuros desdobramentos possíveis, a China torna-se objeto de análise: o crescimento potencial do país asiático nos próximos anos ou décadas teria o poder de moldar a seu feito uma nova ordem global. Em oposição a essa perspectiva, o argumento é de que o próprio dinamismo tecnológico de países como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Coreia do Sul e outros da Europa não abriria tamanho espaço à China, como nova nação hegemônica global.

Desde 2017, os Estados Unidos vêm dando indicações consistentes de que desejam ajustes nas instituições multilaterais. Exigem maior participação econômico-financeira de outros países em órgãos como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e até mesmo nas Nações Unidas. Embora a assimetria de investimentos, em especial na Otan, tenha sido uma questão para os Estados Unidos desde a

Guerra Fria, hoje a reclamação é intensa e mais veemente. As reflexões chegam a considerar se a atual atitude americana, postulando por mais investimentos europeus na Otan, poderia gerar consequências positivas. Uma delas seria os países europeus se capacitarem e assumirem maior autonomia sobre sua proteção – e, dessa forma, habilitarem-se como novos garantidores da gestão de crises internacionais de segurança.

A perspectiva, ainda sob forma exploratória de cenários possíveis, não foi consensual ao longo dos debates e exigiria, por definição, que a Europa assumisse a vocação de se tornar gestora única ou predominante da segurança global. Um olhar na História refletiu também o receio de que a pressão americana resultasse, supostamente, em indesejada escalada armamentista entre França e Alemanha, atualmente os países de maior peso no continente. Isso, porque justamente a União Europeia foi criada, em grande medida, em razão da busca de paz duradoura na região, não raro impactada com o antagonismo franco-germânico do passado. O vácuo deixado pelo interesse dos Estados Unidos agora em soluções bilaterais ou com número menor de atores integra ao campo das hipóteses, ainda, eventual avanço de países do eixo Sul-Sul em temas de gestão da segurança mundial, além de missões de ajuda humanitária.

Missões de paz

As Forças Armadas do Brasil acumularam experiência em operações internacionais de paz. A presença na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), entre 2004 e 2017, significa ativo diplomático expressivo, oferecido ao mundo. Ao longo dos 13 anos a operação foi comandada militarmente pelo Brasil. Ocorreu quando o Brasil ocupava o nono mandato rotativo no Conselho de Segurança da ONU e viria a acontecer depois de três iniciativas de baixa performance de operações de paz nas crises da Bósnia, Ruanda e Somália, na década de 1990, que geraram severas consequências às populações civis em cada região. Junto à experiência na gestão de crise na linha de frente, o Brasil acumula expressivo lastro como observador em conflitos internacionais.

O país tem atualmente 60 observadores militares, acompanhando 9 das 13 missões de paz em andamento no mundo. Como protocolo, os observadores compartilham os aprendizados em campo quando retornam ao país, no âmbito do Centro Conjunto de Operações de Paz

deepen the debate on peacekeeping operations between academia, think tanks, diplomacy and other relevant actors in the country. The forum also strengthens the relationship between civilians and the military, which is one of the greatest challenges faced when peacekeeping operations become necessary. The Brazilian presence at the front line of missions and as observers has generated expertise in aspects related to security crisis management, such as the issues of refugees and humanitarian work.

Disruptive Technologies

The complexity of the decline of the liberal order has been compounded not only by new technologies but also by the high degree of disruptive innovations they embark upon. The process gains additional traction when the advances with artificial intelligence, synthetic biotechnology and the most modern nanotechnology are taken into account. The speed in status change of individuals or groups of people varies according to their distance from these development vectors and widens the inequality of evolution. On the other hand, the misuse of disruptive innovations, fuels conflicts and makes security crisis processing less predictable. Disinformation or information control structures using artificial intelligence thrive even more rapidly as indicators of cyber insecurity.

This affects the chain of traditional crisis management. The traditional steps of risk monitoring, preparedness, management and response need to adjust to digital speed. Cyber-attacks, terrorism and even climate change and its consequences expose the need for more sophisticated, fast and accurate responses. They also multiply the number of stakeholders involved per event. Even identifying the exact nature of ongoing crises takes longer. The collaboration in international crisis management involving inter-State structures will have to consider and work with the crisis' multi-polarity in the digital age, which leads to the need to seek solutions in partnership with companies, private entities and knowledge networks.

Climate Security

The degree of complexity advances including the concept of climate security and systemic impacts. Effects of climate change are potentially spreading to food production and competition for scarce resources, with impacts already perceived in the form of poverty, migration and public insecurity. Crises become domestic, within each affected country or

region, but also international. In the geography of power, the same crisis affects more than one country. This is the case of rising temperatures and melting of the Himalayan glaciers. The phenomenon affects the countries of the mountain range: China, India, Pakistan, Nepal and Bhutan. Rivers, fauna and flora of regions of great biodiversity are victims in extensions that cover more than one country also in other regions.

Some countries, particularly the richest and most developed, are already studying and preparing diagnostics and protocols for the risks of climate crises. For most countries, however, the task is huge. In South America, with the exception of Chile, which has been structuring a specific working group for this purpose, no armed or police force has a specific doctrine regarding climate security. The picture, which also occurs in other regions, is alarming. An unpublished study prepared to support the debates on the subject during the Forte de Copacabana Conference this year, proposes parameters on the vulnerability of South American countries to climate risk, including potential perspectives on rates of social violence and other events that impact public security.

A joint effort

Crisis management is established as a theme that demands everyone's attention. This conclusion led the American think tank called Atlantic Council to bring together a group of leaders and intellectuals from the world's leading democracies in March, in partnership with the Canadian Center for International Governance Innovation (CIGI) to develop a new framework of principles for a rule-based order. The think tank was designed based on the principles of the joint declaration made by the British Prime Minister, Winston Churchill, and the President of the United States, Franklin Roosevelt, in 1941, which inspired the international order. The aim now is to draw up an updated letter of principles in the face of the decades-long weakening of the international liberal order.

In addition to the launch of the set of principles, the aim is to develop strategies and initiatives to engage the public and the policy-makers to promote rule-based order, fostering democratic values and engaging other global powers. An excerpt from the think tank paper² on the initiative summarizes the size of the ongoing challenge: "We are living at a historic inflection point, not dissimilar 1919, 1945, or 1989.

do Brasil (CCOPAB). O Centro liderou a criação e integra a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ), cuja missão é aprofundar o debate no país sobre operações de paz entre as áreas da academia, *think tanks*, diplomacia, dentre outros atores. O fórum fortalece, ainda, o relacionamento entre civis e militares, este que é um dos maiores desafios identificados quando operações de paz se tornam necessárias. A presença brasileira na linha de frente de missões e como observadores, gerou expertise em aspectos relacionados à gestão de crises de segurança, como as questões de refugiados e trabalhos humanitários.

Tecnologias disruptivas

A complexidade do declínio da ordem liberal também vem sendo agravada não apenas por conta de novas tecnologias mas pelo elevado grau de inovações disruptivas que passam a embarcar. O processo ganha tração adicional levando em conta os avanços com a inteligência artificial, a biotecnologia sintética e a nanotecnologia mais moderna. A velocidade na mudança do status individual ou de grupos de pessoas, conforme estão mais ou menos próximos destes vetores de desenvolvimento, amplia a desigualdade da evolução. O mau uso, por outro lado, das inovações disruptivas, realimenta conflitos e torna o processamento de crises de segurança menos previsível. Estruturas de desinformação ou de controle da informação, usando a inteligência artificial, prosperam ainda mais rapidamente como indicadores da insegurança cibernética.

Isso afeta a cadeia do gerenciamento tradicional das crises. As etapas tradicionais do monitoramento do risco, preparação para a crise, gestão e resposta precisam ajustar-se à velocidade digital. Ataques cibernéticos, terrorismo e até mudanças do clima e suas consequências expõem a necessidade de respostas mais sofisticadas, rápidas e precisas. Multiplicam, ainda, o volume de stakeholders envolvidos por evento. Até mesmo identificar a natureza exata de crises em curso toma mais tempo. As articulações de gestão de crises internacionais envolvendo estruturas interestatais passam a ter de integrar e trabalhar com a multipolaridade da crise na era digital, o que leva à necessidade de buscar soluções em parceria com empresas, entidades privadas e redes de conhecimento.

Segurança climática

O grau da complexidade avança incluindo o conceito de segurança climática e impactos sistêmicos. Efeitos da mudança do clima espalham-se potencialmente para a produção de alimentos e a disputa por recursos escassos, com os impactos já percebidos sob a forma da pobreza, êxodos e insegurança pública. As crises tornam-se internas, de cada país ou região afetada, mas também interestatais. Na geografia do poder, uma mesma crise afeta mais de um país. Tome-se o caso do aumento da temperatura e do derretimento das geleiras do Himalaia. O fenômeno atinge os países da cordilheira: China, Índia, Paquistão, Nepal e Butão. Rios, fauna e flora de regiões de grande biodiversidade são, ainda, vítimas em extensões abrangendo mais de um país também em outras regiões.

Alguns países, em particular os mais ricos e desenvolvidos, já estudam e preparam diagnósticos e protocolos para os riscos de crises climáticas. Para grande parte dos países, entretanto, a tarefa é gigantesca. Na região da América do Sul, à exceção do Chile, que vem estruturando grupo de trabalho específico para este fim, nenhuma força armada ou policial detém doutrina específica em torno da segurança climática. O quadro, que também ocorre em outras regiões, preocupa. Estudo inédito, preparado como apoio aos debates do tema durante Conferência do Forte de Copacabana deste ano, propõe parâmetros sobre a vulnerabilidade de países sul americanos diante do risco climático, abrangendo perspectivas potenciais sobre taxas de violência social e outros eventos que impactam a segurança pública.

Um esforço de todos

A gestão de crises consolida-se como tema que exige a atenção de todos. O diagnóstico levou o *think tank* americano Atlantic Council a reunir, em março deste ano, um grupo de líderes e intelectuais das principais democracias do mundo, em parceria com o Centro Canadense de Inovação em Governança Internacional (CIGI), para elaborar novo marco de princípios, para uma ordem baseada em regras. O *think tank* foi criado sob modelagem dos princípios da declaração conjunta feita pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, e o Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, em 1941, inspiradora da ordem internacional. O objetivo, agora, é elaborar carta de princípios atualizada, diante do enfraquecimento da ordem liberal internacional ao longo de décadas.

How we address these challenges will determine whether we again descend into chaos or emerge to build a more stable and prosperous world."

Recommendations

The concept presented by Brazil in 2011 on "responsibility while protecting" as an enhancement of the "responsibility to protect" principle, as defined at the 2005 World Summit, remains valid and should be re-discussed internationally.

Progressive forces and forms of representation of society must be modernized and approach those most vulnerable and excluded in the model of the global economic order in force at the moment.

Multilateral institutions must be reformed and should reflect the new global reality.

International norms must be updated or new ones must be created for multilateralism to react, at the appropriate pace, in face of the challenges that arise in the world today.

It is necessary to engage people, non-governmental organizations, political parties, different forms of representation, the media and players such as think tanks and the academia in order to strengthen the international order based on rules and functioning institutions effectively.

Global issues such as security, climate change, epidemics and terrorism will not be resolved unilaterally or by a group of countries: they need modern multilateral institutions.

The Libyan crisis and its developments from the beginning of this decade should be kept in perspective in order to clarify the reflection about what must and must not be done in face of the current Syrian crisis.

International peacekeeping operations should include in their creation mandates, explicit references to the support of the search for a solution to the deeper causes of instability and conflict.

Public diplomacy today faces the difficulty of expressing in a clear and didactic manner the current complexity of world conflicts and must advance in its ability to present citizens with the main challenges, dilemmas and possible outputs during the management of international crises.

Peacekeeping operations require joint efforts between civilians and military personnel and this interaction must be encouraged and practiced in appropriate fora, systematically, ideally before conflicts form.

South America represents one of the few regions in the world where there is no tradition of inter-State conflict. This contribution must be honored, acknowledged and studied as a contribution to the world.

Academia, think tanks, private initiatives and other institutions should support the public sectors in the management of international crises that arise in different forms, such as cyber-attacks.

1 <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2017-04-17/liberal-order-rigged>

2 <http://www.atlanticcouncil.org/advancing-freedom>

Junto ao lançamento do conjunto de princípios, o objetivo é desenvolver estratégias e iniciativas no sentido de mobilizar o público e os formuladores de políticas na promoção de uma ordem baseada em regras, estimulando valores democráticos e engajando outras potências globais neste sentido. Um trecho do documento elaborado pelo think tank² sobre a iniciativa resume o tamanho do desafio em curso: “Vivemos em um ponto de inflexão histórico, não muito diferente de 1919, 1945 ou 1989. A maneira como lidamos com esses desafios determinará se voltaremos ao caos ou emergiremos para construir um mundo mais estável e próspero”.

Recomendações

- O conceito apresentado pelo Brasil em 2011 sobre a “responsabilidade ao proteger” como aperfeiçoamento do princípio da “responsabilidade de proteger”, conforme definido na Cúpula Mundial de 2005, segue válido e deveria voltar a ser debatido internacionalmente.
- Forças progressistas e as formas de representação da sociedade devem se modernizar e se aproximar dos excluídos no modelo da ordem econômica global vigente até então.
- Instituições multilaterais devem ser reformadas e refletir a nova realidade mundial.
- Normas internacionais precisam ser atualizadas ou criadas para que o multilateralismo volte a dar conta, no ritmo adequado, dos desafios que surgem no mundo hoje.
- É necessário mobilizar pessoas, organizações não-governamentais, partidos, políticos, diferentes formas de representação, mídia e atores como *think tanks* e a academia para fortalecer a ordem internacional baseada em regras e instituições que funcionem de forma eficaz.
- Temas globais como segurança, mudança do clima, epidemias, terrorismo, não serão resolvidos unilateralmente ou por um grupo de países: necessitam de instituições multilaterais conectadas com o seu tempo.
- A crise da Líbia e seus desdobramentos, desde o começo desta década, deve ser mantido em perspectiva e iluminar a contemplação do que deve e do que não deve ser feito face à atual crise na Síria.
- Operações internacionais de paz devem abranger em seus mandatos de criação, referências expressas ao apoio na busca de solução para as causas mais profundas da instabilidade e dos conflitos.
- A diplomacia pública vê-se hoje diante da dificuldade de expressar de forma clara e didática a complexidade atual de conflitos no mundo e deve evoluir na capacidade de apresentar aos cidadãos os principais desafios, dilemas e possíveis saídas ao longo da gestão de crises internacionais.
- Operações de paz necessitam de trabalho conjunto entre civis e militares e este convívio deve ser estimulado e praticado, nos fóruns adequados, de forma sistemática, idealmente antes que os conflitos se formem.
- A América do Sul representa uma das poucas regiões do mundo onde não prospera tradição de conflitos interestatais. Essa contribuição deve ser honrada, reconhecida e estudada como contribuição ao mundo.
- Academia, *think tanks*, iniciativa privada e outras instituições devem apoiar os setores públicos na gestão de crises internacionais que surgem sob diferentes formas, como a dos ataques cibernéticos.

1 <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2017-04-17/liberal-order-rigged>

2 <http://www.atlanticcouncil.org/advancing-freedom>

